



A LINGÜÍSTICA E A SOCIOLINGÜÍSTICA NUMA PERSPECTIVA BRASILEIRA



Maria Lúcia da Silva
luciamaria.red@gmail.com

Brasília-DF

2009

A LINGÜÍSTICA E A SOCIOLINGÜÍSTICA NUMA PERSPECTIVA BRASILEIRA¹

Maria Lúcia da Silva²

luciamaria.red@gmail.com

RESUMO: Esse artigo tem por temática a lingüística e a sociolingüística numa perspectiva brasileira a partir do comportamento lingüístico de falantes e de suas regionalidades. Será feita análise entre a lingüística e a sociolingüística. Não é difícil perceber que a norma culta – por diversas razões de ordem política, econômica, social, cultural – é algo reservado a poucas pessoas no Brasil. Ocorrerá um estudo sobre a linguagem e seu contexto social.

Palavras-Chave: Lingüística – Sociolingüística – Regionalidades – Brasil.

Introdução

Podemos afirmar que o estudo científico da linguagem como ciência a lingüística, busca descrever e explicar os fenômenos da língua, portanto, abarca os diversos aspectos da linguagem, seja de forma individual, coletiva ou como escola lingüística.

O estudo dos fatos da língua foi iniciado pelos gregos, e desenvolvido principalmente pelos franceses, que o chamavam genericamente de gramática.

A seguir veio a Filologia que comparava textos de diferentes épocas e decifrava línguas arcaicas, passando a se ocupar da história literária e dos costumes de cada região, porém, somente no século XIX que a linguagem teve como centro de suas investigações as mudanças históricas das línguas.

A Lingüística

A lingüística teve o seu início no século XX, com o Curso de Lingüística Geral (1916), de Ferdinand Saussure que passou a estudar o aspecto sincrônico, estabelecendo-se, assim, a oposição entre diacronia versus sincronia.

A lingüística diacrônica ocupa-se da descrição das mudanças que ocorrem ao longo do tempo, ou seja, da passagem de um estado a outro da língua. Vale observar que a descrição

¹ Parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa com ênfase em Produção Textual - Faculdade Albert Einstein em jan/2008.

² Maria Lúcia da Silva Bacharel em Administração pelo UniCEUB e Especialista em Língua Portuguesa com ênfase em Produção Textual.



sincrônica sempre antecede a diacrônica. Tem-se aí a dimensão lingüística da mudança a partir da própria dimensão histórica. Cada estado da língua definível no presente ou em qualquer ponto do passado é resultado de um longo e contínuo processo histórico.

Já a lingüística sincrônica se dedica a descrever os sistemas lingüísticos a partir do eixo da simultaneidade, fazendo abstração do fator tempo e da descrição dos traços lingüísticos num dado estado da língua. É claro que o limite sincrônico é, na prática, indeterminado, podendo ser de dez anos, de uma geração, de um século ou mais. O critério necessário para garantir a estabilidade do sistema é que o estado sincrônico cubra o tempo durante o qual a gama de modificações ocorreu.

Sabemos que a língua é dinâmica, passando por transformações constantes, possibilitando um campo inesgotável de pesquisa. Sendo assim, os estudos lingüísticos do século XX tomaram rumos diversos em vários países em que se desenvolveram, definindo escolas ou correntes teóricas. Cada uma dessas escolas privilegia um ou outro aspecto da linguagem. Entre elas, destacam-se: O Gerativismo – que procura mostrar a capacidade do falante-ouvinte de produzir e compreender um número infinito de frases que nunca tinha ouvido antes, mediante um número de regras e elementos que se combinam. O Pragmatismo – que aborda a relação do discurso que envolve o falante, o ouvinte e a situação comunicativa concreta em que ele é produzido. Sua unidade fundamental é o ato fala, ou seja, a produção de uma determinada mensagem, em determinadas condições, com uma determinada intenção. Portanto, a estrutura da língua é como um sistema articulado, onde todos os elementos estão interligados, é a posição estrutural do elemento que vai conferir-lhe o valor e a função.

A produção do livro *Curso de Lingüística Geral*, de Saussure marca o seguimento do estruturalismo na lingüística. Segundo Orlandi afirma que:

Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação em língua faz dele um enunciado. Um estudo lingüístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso. Como em Saussure, o ponto de vista cria o objetivo, a noção fundamental é de funcionamento, quer dizer do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem. Sem esquecer que esse funcionamento não integralmente lingüístico, uma vez que dele fazem parte das condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso. (2003, p. 117).

Aquele período caracterizava-se fundamentalmente pela assunção da concepção de língua como um sistema de relações estritamente lingüísticas encerrado em sua lógica interna.

Os grandes avanços promovidos pelo estruturalismo funcionalista como o estudo



objetivista do conhecimento, situam-se, ironicamente, em um nível de estudo da língua que não era considerado por Saussure como propriamente lingüístico: a fonologia. E o sistema fonológico acaba por constituir a mais completa formalização analítica da concepção estruturalista de língua como sistema. Animados com os sucessos obtidos na análise fonológica sincrônica³, os membros dessa corrente teórica buscavam estender a aplicação do método estrutural ao terreno da história das línguas, numa tentativa de superar a contradição estabelecida por Saussure entre mudança e sistema, marcando de forma dramática os rumos do estruturalismo na lingüística.

Desde então, a extensão do método estrutural da história das línguas resulta o que se convencionou chamar estruturalismo diacrônico⁴, corrente que tentou explicar o desenvolvimento histórico das línguas por intermédio da lógica do sistema lingüístico. Era a mudança trazida para o domínio do sistema. É nesse momento que a contradição entre mudança e sistema atinge o seu ápice dentro do modelo teórico do estruturalismo, determinando um dos pontos da ruptura epistemológica com esse modelo na história da lingüística. A realidade é que a crise do modelo estruturalista é atestada pelo fato de a sociolingüística variacionista ser um dos programas de pesquisa que sucederam o estruturalismo, e por ter colocado a mudança e a variação lingüísticas no centro de suas preocupações. Para exemplificar Orlandi diz que:

Para se responder a determinadas questões colocadas pela lingüística, por exemplo: como entender a variação em língua, qual o domínio das mudanças em língua, como significa fatos que concernem diretamente à natureza da convenção na linguagem, devemos questionar o uso lingüístico e deslocar o estudo para o da sociolingüística, entendida aqui em seu sentido amplo. (2003, p. 97).

O que Orlandi faz é explicar que, *“existe uma relação entre língua e sociedade, é que se tornou senso comum nos estudos sociolingüísticos”*. Acrescendo ainda, que *“a fala, que historicamente percebe a língua, é individual, ocasional, da qual ele (Saussure) exclui qualquer referência ao social estão dicotomizados”*. (2003, p. 98). Com isso, movimento

³ Nota da autora: Curso de Lingüística Geral de Saussure. (CLG). “Análise fonológica sincrônica conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste recolher-lhes o testemunho”. (CLG. Saussure, 1986, p. 102).

⁴ “Estruturalismo diacrônico, pelo contrário, deve distinguir duas perspectivas: uma prospectiva, que acompanha o curso do tempo, e outra retrospectiva, que faça o mesmo em sentido contrário. Lingüística Sincrônica só admite uma única perspectiva, a dos falantes, e, por conseguinte um único método. A Lingüística Diacrônica supõe, conjuntamente, uma perspectiva, que acompanha o curso do tempo, e uma perspectiva retrospectiva, que o remota.” (CLG. Saussure, 1986, p. 247).



histórico das línguas se dá a partir de alterações sociais, portanto, havendo uma história social que precede as mudanças lingüísticas. Isto porque as mudanças nas relações sociais põem em contato grupos de falantes que usam dialetos diferentes e esse encontro de diferentes variedades lingüísticas cria condições para base dialetal de uma comunidade social.

A Sociolingüística

A sociolingüística supera a teorização estruturalista por meio do seu tratamento na questão da mudança da língua, considerando que há relação entre a sociedade, o que causou a superação da abordagem estruturalista da mudança, por considerar o falar natural e as formas lingüísticas usadas pelos falantes em seu meio social.

Ao relacionarmos uma sociedade complexa constituída por falantes, podemos pensar em inúmeros indicadores sociais, seja de exclusão, inclusão, estabilidade, seja de mobilidade, que são fatores sociais que condicionam a competência da fala de uma comunidade e as utilizam na variação lingüística. Conforme é destacado que:

A sociolingüística surgiu na década 60 nos Estados Unidos, graças, sobretudo aos trabalhos de William Labov, que veio mostrar que toda língua muda e varia, isto é, muda com tempo e varia no espaço, além de variar também de acordo com a situação social do falante. (BAGNO, 2002, p. 43).

Sob essa visão, a sociolingüística é entendida como o estado das correlações sistemáticas entre formas lingüísticas variantes, ou seja, diferentes formas de dizer a mesma coisa e determinados fatores sociais, tais como a classe socioeconômica, escolaridade, sexo, etnia, etc. Havendo variação lingüística, é possível que se observe que ela não se dá aleatoriamente, senão que sistematicamente por meio de uma organização de inúmeros fatores sociais, que utiliza os padrões de comportamento lingüísticos observáveis. Isso ocorre dentro de uma comunidade de fala e os formalizam analiticamente por meio de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis, que está relacionada às alterações dos padrões culturais e ideológicos da comunidade de fala, que são chamados de “*análise sincrônica e diacrônica*”⁵. Nesse sentido é que havia adquirido no estruturalismo, uma vez que a análise sincrônica deve-se fundamentar no conceito de língua como um sistema de regras variáveis, no qual um contínuo processo de variação e mudança opera na estrutura lingüística.

⁵ Faraco afirma que “Saussure estabeleceu que o estudo lingüístico comportava, na verdade, duas dimensões: uma histórica (chamada sincrônica) e a outra diacrônica”. (1991, p. 60).



Desse modo, o pressuposto da análise diacrônica é a mutabilidade das línguas no tempo, enquanto o pressuposto da análise sincrônica é a relativa imutabilidade das línguas. Embora, Saussure defendesse a necessária separação do estudo de cada uma dessas dimensões, a possibilidade do estudo sincrônico repousa, então, numa simplificação convencional dos dados, isto é, numa abstração teórica do permanente movimento das línguas no tempo. (FARACO, 1991, p. 60-61).

Porém, ao romper com os limites impostos pela análise estruturalista⁶, a sociolinguística não nega as contribuições que essa análise oferece para a compreensão dos fatos lingüísticos, partindo do pressuposto de que a mudança no tempo tem relações com a variação sincrônica e que essa variação está relacionada com os aspectos da estrutura social.

Embora Saussure defendesse a autonomia desses diferentes estudos, ele não negava a interdependência entre a sincronia e a diacronia, lembrando, que todo fato sincrônico tem uma história. E que conhecer a origem de um determinado estado nos esclarece acerca de sua verdadeira natureza e nos livra de certas ilusões, mostrando assim, que no estudo do fato diacrônico é fundamental trabalhar com todas as fases da transformação, comparando os diferentes estados sincrônicos envolvidos para evitar erros de compreensão de algum fato na história. (SAUSSURE, 1986, p. 108).

Nesse sentido, a sociolinguística tem por objetivo de estudo os padrões de comportamentos lingüísticos observáveis dentro de uma comunidade de fala e os formaliza analiticamente por meio de um sistema heterogêneo, reconhecendo a língua como uma realidade essencialmente social. Foi estabelecido como ponto essencial de investigação histórica, a localização do fenômeno sob mudança tanto no contexto estrutural (interno), quanto no contexto social (externo), pois, para eles, os estudos empíricos revelam a língua como um sistema que muda, em associação com as mudanças na estrutura social. (ORLANDI, 2003, p. 102)

A comunidade de fala para esse modelo teórico-metodológico não é entendida como um grupo de pessoas que fala exatamente igual, mas que compartilham traços lingüísticos que distinguem seu grupo de outros. Comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem.

Nesse sentido, é possível afirmar que é precípua à teoria da variação considerar a

⁶ Análise estruturalista, inspirado no Curso de Lingüística Geral, de Saussure, nunca considerou o falante como elemento importante na produção lingüística. O objeto de estudo dos estruturalistas sempre foi à língua por ela mesma.



língua em seu contexto sócio-cultural, uma vez que, parte da explicação para a heterogeneidade que emerge nos usos lingüísticos concretos, pode ser encontrada em fatores externos ao sistema lingüístico e não só nos fatores internos à língua. Portanto, “(...) *Ela parte do pressuposto de que toda variação é motivada, isto é, controlada por fatores de maneira tal que a heterogeneidade se delinea sistemática e previsível*”. (MOLLICA, 1992, p. 14).

Pressupõe-se necessariamente que duas ou mais variantes tenham o mesmo significado referencial ou valor de verdade. Mas, de outro modo, opostas em sua significação social e/ou estilista, pois os falantes não aceitam facilmente o fato de que duas expressões distintas signifiquem exatamente a mesma coisa, havendo forte tendência a atribuir-lhes significados diferentes. O mesmo não se pode afirmar sobre as outras variáveis, ou seja, em se tratando de variável morfossintática⁷, por exemplo, fica difícil dizer quando duas ou mais estruturas expressam um único significado.

Mas o que é uma variável lingüística? É possível definir as variantes e variáveis. “(...) *variantes lingüísticas são, portanto, diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade*”. (TARALLO, 1986, p. 8).

As variantes lingüísticas podem ser padrão ou não-padrão, e de prestígio ou estigmatizada. Em geral, a variante padrão é conservadora e de prestígio, e a variante inovadora é não-padrão e estigmatizada, mas, nem sempre a coincidência entre os pares acima é verificada, pois podem aparecer casos como: uma variante que seja conservadora, não-padrão e estigmatizada, e uma que seja inovadora, padrão e de prestígio, etc. É importante ressaltar que não existe nada inerente a uma variante que a defina como “bom”, “ruim”, “correto”, ou “incorreto”. A sociolingüística é uma ciência, não uma filosofia ou ideologia – todos os dialetos são “corretos”. Cada um deles tem sua gramática, sua lógica, sua pertinência, sua adequação social. Não há um “padrão correto” do ponto de vista científico, mas, há um “padrão de prestígio”, porque esse “padrão” é o dos grupos dominantes.

A Sociolingüística no processo educacional

No Brasil, ainda não se conferiu a devida atenção à influência da diversidade lingüística no processo educacional. A situação sociolingüística brasileira apresenta peculiaridades que a distingue de outros países. A partir da década de 60, a lingüística

⁷ Variável morfossintática (verbos: conjugados ou no infinitivo; não-verbos: substantivos, adjetivos; e outras palavras: advérbios, conjunções, preposições e pronomes), função do /r/ (morfêmico e não-morfêmico), dimensão da palavra (monossílabo, dissílabo, trissílabo ou polissílabo), acento lexical (se a vibrante está em sílaba acentuada ou não) e ritmo (fala normal e fala acelerada).



nacional cresceu e passou a receber maior influência norte-americana, com a divulgação da teoria gerativo-transformacional⁸. São características dessa escola a busca de universais lingüísticos e a ênfase na competência dos falantes.

Paralelamente ao desenvolvimento da teoria gerativa, crescia nos Estados Unidos e na Europa a escola sociolingüística, que se ocupava principalmente das diversidades nos repertórios lingüísticos das diferentes comunidades, conferindo às funções sociais que a linguagem desempenha a mesma relevância que até então se atribua tão somente aos aspectos formais da língua. A maioria dos estudos sociolingüísticos modernos volta-se para três tipos de situações: *a*) sociedades; *b*) multilíngües e *c*) multidialetais. Ou seja, comunidades falantes de línguas crioulas ou pós-crioulas; dialetos ou variedades urbanas e/ou etnias em países industrializados onde a alfabetização é universal. O Brasil um dos poucos países monolíngües de grande extensão territorial e vasta população, não tem o português como língua materna e exibem variados graus de bilingüismo. O estudo da situação lingüística dessas comunidades não pode ser negligenciado. Há de se entender, porém, que monolingüismo não significa homogeneidade lingüística. Em vez de uma simples importação de métodos analíticos⁹, recomenda-se o estudo rigoroso da teoria sociolingüística, o que permitirá o surgimento de metodologias ajustadas ao objeto específico de estudo.

Contudo, a sociedade moderna é caracterizada por maior permeabilidade de papéis sociais, e conseqüentemente, menores heterogeneidades¹⁰ no repertório verbal. A mudança constante de papéis sociais permite maior fluidez entre variedades lingüísticas de natureza social e estilística. Bagno relata que:

(...) tem-se um grande contingente da população, cuja economia lingüística é predominantemente oral e que, portanto, não tem acesso à força padronizadora da língua escrita. O extensivo analfabetismo e a precariedade da instrução escolar, que afetam essa população, impedem tanto o acesso à língua padrão real, ou seja, o conjunto de critérios referenciais que determinam os padrões de correção e aceitabilidade da língua. (2001, p. 42).

Portanto, já se observou que variedades lingüísticas no Brasil não são

⁸ Nota da autora: O surgimento da Teoria Gerativo-Transformacional (1975), por Chomsky, revolucionou o meio lingüístico porque transferiu a atenção dos estudiosos do objeto pronto (como no Estruturalismo) para o processo essencial de produção. Sem dúvida, um passo decisivo para o estudo da linguagem que, a partir daí, começou a se preocupar não só com o resultado empírico do processo lingüístico, mas com os mecanismos biológicos/mentais envolvidos na sua produção. A lingüística passou, a partir de então, a ser de fato a ciência que estuda a linguagem (no seu sentido mais amplo) e não mais o estudo da língua (produto).

⁹ Método analítico é a estratégia investigativa que permite separar, identificar e nomear os núcleos organizadores das narrativas de caráter estético.

¹⁰ A heterogeneidade consiste na diversidade simultânea e sucessiva de situações didáticas.



compartimentadas. A variação ao longo dessa continuidade lingüística vai depender de fatores, tais como a mobilidade geográfica, o grau de instrução, a exposição aos meios de comunicação de massa, bem como a outras agências implementadoras da norma culta e urbana, ao gênero, grupo etário, mercado de trabalho do falante, etc.

As mudanças que alteraram as feições dos dialetos rurais brasileiros ao longo deste século foram notadas já nos trabalhos pioneiros dos primeiros dialetólogos. Em sua clássica descrição do dialeto caipira, segundo Bagno (2001) observou que o dialeto caipira está escondido em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso. E subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação.

Assim, o dialeto caipira, que constituiria a expressão mais evidente do profundo processo de mudança que afetou a língua portuguesa no contato massivo com índios e negros, estaria já no início do século perdendo as suas características mais marcantes, em função da escolarização e da influência dos meios urbanos. Desse modo, as variedades populares e rurais tendem a se tornar cada vez menos usadas, devido à conseqüência da alfabetização, da instrução, do ensino supletivo, da divulgação de conhecimentos, e, principalmente, da ascensão social, econômica e cultural das classes inferiores.

As mudanças das variedades lingüísticas populares e rurais seguem em direção aos modelos urbanos e cultos que são identificadas por muitas incorporações dialetais ao longo de todo o século XX, mesmo nas regiões mais refratárias ao processo de urbanização, bem como, se manifestam por meio dos jornais, do rádio e do ensino escolar e da televisão.

Essa influência dos modelos de variedades do português culto sobre o português popular também pode ser inferida a partir de outro estudo realizado, sobre a concorrência verbal em falantes analfabetos. Só que, nesse caso, urbanos. Apesar de não chegar a um resultado conclusivo sobre a direção da mudança, o estudo consegue revelar a influência dos meios de comunicações de massa sobre os padrões de fala populares.

Entretanto, a realidade sociolingüística brasileira se apresenta como bipolarizada, entre uma norma culta, definida a partir dos padrões de fala das classes médias e alta e uma norma popular ou vernácula, reunindo os falares das classes baixas. A história da língua portuguesa no Brasil é vista por intermédio dessas duas vertentes. Tendo-se particularmente os conjuntos de mudanças que se observam tanto na norma culta quanto na norma popular. Seria tal qual como uma “língua padrão” que pode ser ensinada às crianças de classes populares sem que haja menosprezo da linguagem utilizada por elas em seus ambientes de



origem. De acordo com entrevista¹¹ concedida à Fundação Cásper Libero, em 06.01.2003, a professora Magda Soares afirma que:

O menosprezo só existirá se o professor considerar que uma variedade de língua diferente do dialeto de prestígio (terminologia que é mais adequada que “língua padrão”). É inferior: se o professor tem conhecimentos lingüísticos e sociolingüísticos, sabe que não há dialetos inferiores ou deficientes, portanto, não poderá revelar menosprezo em relação a dialetos. (...) A luta da escola contra as desigualdades sociais é, fundamentalmente, propiciar aos desiguais armas de luta contra essas desigualdades. No que se refere à linguagem, é fazer com que os dominados apropriem-se da linguagem dos dominantes, de modo que possam lutar contra estes em igualdade de condições lingüísticas.

É importantíssimo frisar que, não há um “padrão correto” do ponto de vista científico. Há um “padrão de prestígio”, porque esse “padrão” é o dos grupos dominantes. Então, é fundamental imaginarmos o papel central na formação dos professores que atuam no ensino da língua materna para o desenvolvimento lingüístico das crianças na aprendizagem das normas socialmente prestigiadas, em seus usos escritos e orais. Pois, exige-se do professor de língua materna, domínio da língua padrão, fluência de leitura, um nível adequado de mestria na expressão escrita e no conhecimento explícito. Formação científico-pedagógica para identificar, por meios dos critérios de diagnósticos relevantes, o nível de desenvolvimento atingido por cada aluno em cada uma das competências escolarizadas e para intervir educativamente de modo a promover o seu crescimento lingüístico harmonioso e pleno.

Uma formação realmente de qualidade para o profissional da Educação, como para o de qualquer outra área, demanda um investimento na capacitação teórica do formando. Ou seja, em uma capacitação para que este futuro profissional tenha possibilidade de compreender a forma como o conhecimento científico é produzido no seu campo do saber, de avaliar criticamente esta produção de conhecimento e de atuar segundo a orientação crítica deste conhecimento. Em resumo, tem que se formar um professor que seja capaz de investigar e criticar sua própria atuação em sala de aula e de sugerir mudanças necessárias, sempre com base em um conhecimento teórico relevante.

Nos atuais modelos de formação docente no Brasil, o professor é visto como um técnico, um especialista que aplica com rigor, na sua prática cotidiana, as regras que derivam

¹¹ Fonte de pesquisa: http://www.facasper.com.br/jo/entrevistas_indice.php?id_secao=4. Visitado em 20/03/2007 às 15h37min.



do conhecimento científico e do conhecimento pedagógico. Portanto, para formar esse profissional, é necessário um conjunto de disciplinas científicas e outro, de disciplinas pedagógicas, que vão fornecer as bases para sua ação.

Então, torna-se necessário pensar a formação de um profissional que compreenda os processos humanos mais globais, seja ele um professor do ensino fundamental ou médio. Um profissional capaz de refletir sobre as questões sociais e culturais do ensino. Um dos consensos resultantes é reconhecer que as universidades e as demais instituições de ensino superior precisam repensar seu atual modelo de formação de professores, concordando com esse ponto de vista, Magda Soares (2003) ressaltou:

Que as universidades cumprem sua função pública ao preparar um tipo diferenciado de professor, e não, necessariamente, ao atender às demandas de mercado. Na opinião dessa professora, as universidades, na qualidade de instituições de ensino, pesquisa e extensão, devem formar professores, sem, contudo dissociar essas atividades, ou seja, é necessário haver uma articulação – entendida, aqui, como junção, fusão, união – da formação docente com a pesquisa – compreendida como processo de produção do conhecimento. Concretamente, isso significa que as universidades devem assumir a formação do “professor investigador¹²”, um profissional dotado de uma postura interrogativa e que se revele um pesquisador de sua própria ação docente.

Libaneo destaca que a formação do professor¹³ “*não deveria se restringir apenas à formação em Licenciatura, mas deveria contemplar também aqueles profissionais que já se encontram no mercado de trabalho e que já se encontram submersos no caos educacional*”.

De acordo com o autor ao professor se destinaria:

Uma autorização (ou capacitação) tanto do licenciado, que deverá ser preparado para atuar em diálogo constante com os produtores do conhecimento científico da academia, quanto do professor em serviço, o qual, pelos motivos já discutidos aqui, não teve uma formação que contemplasse a possibilidade de realizar tal diálogo em prática. (LIBANEO, 1997, p. 170).

Em entrevista¹⁴ concedida ao jornal O Globo da coluna Opinião, em 02.09.2002,

¹² A formação do “professor investigador”, para Magda Becker Soares, deve resultar da vivência do licenciando, durante sua trajetória na universidade, da pesquisa como processo, o que faz com que o futuro professor não só aprenda, mas também apreenda o processo de investigação e, o mais importante, incorpore a postura de investigador em seu trabalho cotidiano na sala de aula.

¹³ É o resgate profissional do professor – o processo de torná-lo “co-construtor” de sua prática – depende de avaliação judiciosa e de reflexão sobre seu trabalho. Avaliação e reflexão baseadas em teoria. (Libaneo, 1997, p. 169).

¹⁴ Fonte de pesquisa: http://www.universiabrasil.net/html/noticia_edhha.html. Visitado em 17/08/2007 às 19h13min.



declara o ex-ministro da educação, Paulo Renato Souza que:

(...) até 1995, era grave o problema dos professores leigos, ou seja, aqueles que não tinham sequer a formação nos cursos de magistério de nível médio, e que atuavam nas áreas mais carentes do país, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especialmente nas escolas rurais das redes municipais. Os dados da realidade mostravam, entretanto, avanços significativos no curto espaço de sete anos. Em 1995, um de cada quatro professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries eram leigos, somando um total de 263 mil funções docentes ocupadas por professores nesta situação. Em 2001, o total dessas funções docentes não ultrapassava 100 mil, representando menos de 10% do total. No conjunto de todo o ensino básico, a proporção de professores com curso superior passou de 44% para 55% entre aqueles anos, apesar da enorme expansão da educação brasileira no mesmo período. No Ensino Médio essa proporção elevou-se de 82% para 89% com formação superior.

O problema não é apenas cuidar da formação de novos professores, era e continua sendo preciso pensar também em programa de atualização e capacitação para mais de um milhão e meio de professores já formados e em exercício no ensino básico. Daí o surgimento de inúmeras faculdades e pólos de ensino de Especialização.

Formar professores é uma tarefa bastante complexa. Justamente por isso, não são medidas simplistas e banalizadoras, apresentadas como uma fórmula mais eficiente e produtiva de preparar os profissionais da educação (e que não deixam de ter seus fins mercadológicos), que irão resolver os problemas atuais das licenciaturas. Ademais, a não-valorização do profissional da educação, os salários aviltantes, as precárias condições de trabalho e a falta de um plano de carreira para a profissão continuam sendo questões sem solução, que afetam diretamente a formação docente no Brasil. Os problemas centrais das licenciaturas apenas serão resolvidos, na verdade, com a implantação de mudanças drásticas na atual condição do profissional da educação.

Desse modo, a formação continuada de professores, de acordo com os novos olhares, revelou importantes valores no sentido de qualificar o trabalho docente visando o alcance de melhores níveis de aprendizado na escola brasileira. No entanto, ela requer amplas reflexões no sentido de mudar as condições de trabalho impostas aos professores na educação brasileira.

As mudanças efetivas no mundo globalizado colocaram em cheque a profissão docente, no sentido de exigir desses profissionais melhores formação em virtude do mercado cada vez mais exigente, onde a vida profissional merece ser repensada continuamente. Entretanto, devido à rápida produção de conhecimentos, a sua difusão na sociedade é



estabelecida, resultando em novos horizontes a respeito do papel que o professor desempenha na sociedade contemporânea.

Mas, as questões ligadas ao processo de formação do professor na sociedade brasileira, exigem novos olhares a respeito dos currículos formadores das instituições de ensino, como também é preciso redimensionar o papel de participação social do professor, como agente de transformação social. É nesse contexto complexo que se apresenta a formação do professor no Brasil, cada vez mais exigindo melhores índices de qualificação profissional.

A linguagem e seu contexto social

A mudança que se processa no comportamento lingüístico de falantes com pronúncia regional, submetidos a um meio onde entram em contato pronúncias diversas e esta diversidade de pronúncias em todo Brasil é resultado de um grande fluxo migratório entre os estados, notadamente dos estados do nordeste. Um bom exemplo é a migração para o Distrito Federal. Uma realidade que se verifica a cada dia e traz consigo um conjunto de fatores sociais e entre os quais, a diversidade lingüística. As pessoas procedentes de vários estados brasileiros vieram a Brasília procurar emprego, foram convidados para assumir cargos de confiança e foram ficando, ou foram transferidos de regiões públicas federais para a nova capital.

Por outro lado, os migrantes de origem rural que fazem parte da classe de migrantes integrados em redes de parentesco no qual um parente veio e foi chamando os outros. Formando dois tipos de variáveis: as variáveis sócio-demográficas¹⁵ e lingüísticas¹⁶.

A linguagem é vista como parte do contexto social. Estaremos voltados para um tipo de interação: a relação entre professor e aluno. Pois ela ocorre em um domínio específico: a sala de aula. É este o cenário (sala de aula) e os atores que detêm papéis sociais muito bem definidos em nossa cultura (os professores e os alunos). Os processos interativos em sala de aula já são reconhecidos há algum tempo como um recurso valioso para se chegar à compreensão dos complexos processos cognitivos envolvidos nas atividades de aprender e ensinar. Da Hora & Christiano fornecem uma descrição muito precisa dos objetivos dessa

¹⁵ As variáveis sócio-demográficas são representadas pela mobilidade, pela origem e pelo sexo. A origem do falante é de grande importância por causa do confronto urbano/rural. A urbana era relacionada com uma população mais instruída, com nível educacional, em sua maior parte, superior. Em relação variável sexo é porque foram verificadas diferenças lingüísticas relacionadas com o sexo.

¹⁶ As variáveis lingüísticas com relação às vogais pretônicas, é um processo de mudança relacionado com português de Portugal e no português do Brasil, tratam de assuntos ortográficos, gramáticos, fonólogos, foneticistas e mais recentemente, os sociolingüísticos.



vertente da etnografia que se volta para interpretação da interação em sala de aula.

O estudo dos fenômenos lingüísticos no ambiente escolar deve responder a questões educacionais. Estamos interessados em formas lingüísticas somente na medida em que, por meio delas, podemos obter um *insight* dos eventos de sala de aula e, assim, da compreensão que os alunos atingem. Nosso interesse reside no contexto social de cognição onde a fala une o cognitivo e o social. O currículo real (oposto ao pretendido) consiste nos significados realizados ou assimilados por um professor específico e uma classe. A fim de aprender, os alunos devem usar o que já sabem de modo a conferir significado ao que a professora lhes apresenta. A fala torna passíveis de reflexão os processos por meio dos quais os alunos relacionam o novo conhecimento ao velho. Mas esta possibilidade depende das relações sociais, do sistema comunicativo que a professora estabelece. (DA HORA & CHRISTIANO, 1999, p. 55).

Conforme os educadores enfatizaram é que as relações interpessoais, positivas ou regressivas, que se estabelecem entre professor e aluno é fator, favorecedor ou inibidor, respectivamente, da aprendizagem. Haja vista ambos estão intrinsecamente relacionados com o fator motor da interação que é a afetividade.

Desse modo, as crenças que o professor nutre a respeito das potencialidades acadêmicas de crianças provenientes de lares analfabetos influem nos seus padrões de retificação dos alunos em sala de aula. Os alunos que são considerados fracos, porque não tem ajuda em casa ou não possuem estímulos ou recursos na família, freqüentemente são negligenciados, pouco solicitados em sala de aula, às vezes até ignorados. Enquanto os alunos de classe média, que são considerados como colaboradores, pois podem partilhar experiências enriquecedoras com os colegas, são sempre lembrados e sistematicamente ratificados. O fato é que freqüentemente o professor tanto de ensino fundamental, quanto de ensino médio não possui ainda uma consciência crítica, globalizada e libertadora de suas crenças e preconceitos que somente conduz o professor a uma ação discriminadora, e quiçá, desumana.

Com adesão dos sociolingüistas tal perspectiva se volta para interpretação das perspectivas significativas de professores e alunos em relação aos usos da língua, na sua modalidade oral e escrita, no domínio escolar e fora dele. Interessados em conhecer os padrões das ações que envolvem o uso da variedade de prestígio e das variedades regionais e locais, bem como, a maneira como se apropriam dos recursos associados à formalidade e aos outros associados à solidariedade e à forma como utilizam em seu repertório.

Prosseguindo com relações as variáveis lingüísticas, é necessário enfocar um tipo especial de interação aos quais os pontos de vistas tradicionais acerca de como a interação social afeta a aprendizagem se centra no adulto como provedor de novas, como modelador de



uma execução perfeita e como fortalecedor seletivo dos intentos do aluno em realizar a tarefa em questão.

Existe ainda, um enfoque diferente dos processos sociais de aprendizagem, enfoque este que desperta crescente interesse entre os psicólogos cognitivos interessados no desenvolvimento da capacidade cognoscitiva em geral. O psicólogo soviético Vygotsky afirma que a criança partilha responsabilidade, mas que o adulto faz o resto. Desse modo o que compõe a prática tem lugar no contexto da atuação global. Nas interações deste tipo que se produz de maneira natural, o adulto aumentará gradualmente as expectativas acerca da porcentagem de execução global de que se possa responsabilizar a criança.

Verifica-se também que a língua falada não possui uma gramática própria. Suas regras de efetivação é que são distintas em relação à escrita. O que existe é maior liberdade de iniciativa por parte de quem fala.

Alem disso as diferenças entre fala e escrita não se esgotam nem têm seu aspecto mais relevante no problema da representação física (grafia x som), já que entre a fala e a escrita medeiam processos de construção diversos. (FÁVERO, ANDRADE & AQUINO, 1999, p. 70).

De acordo com os autores, “*a conversação é uma atividade lingüística básica*”. Ela integra as práticas diárias de qualquer cidadão, independentemente de seu nível sócio-cultural. A conversação representa os intercursos verbais em que dois ou mais participantes se alternam, discorrendo livremente sobre tópicos propiciados pela vida diária. Criar as condições para que o aluno intensifique seu interesse pelo mundo circundante, abortando-se o velho hábito de acenar para realidades longínquas, inacessíveis, que produzirão nos estudantes um irremediável desinteresse pelas coisas da escola.

Segundo eles, argumentam que “*está claro que o professor não vai ensinar o aluno a falar: isto o aluno já o faz quando chega à escola. Trata-se, isto sim, de identificar a imensa riqueza e variedade dos usos da língua*”. É necessário mostrar como a fala é variada, que há diferentes níveis de fala e escrita (diferentes graus de formalismo), isto é, diferentes níveis de uso da língua, e que a noção de dialeto padrão uniforme é teórica, já que isso não ocorre na prática. O professor precisa mostrar, também, que fala e escrita não podem ser dissociadas e que elas se influenciam mutuamente. Precisa valorizar a linguagem presente nos textos falados pelos alunos como ponto de partida para reflexão sobre sua língua materna. (FÁVERO, ANDRADE & AQUINO, 1999, p. 115).

Em algum sentido não se pode duvidar de que é a escola o ambiente ideal de melhoria lingüística dos educandos. É sua função e responsabilidade levar o indivíduo a



adquirir o dialeto social padrão, pois somente com o aprendizado da normal culta é que ele terá acesso à cultura e tradição de uma sociedade letrada. Infelizmente, essa norma tem sido praticada e entendida como privilégio lingüístico de uma minoria social.

A problemática está no fato de que aluno que frequenta a escola hoje, definitivamente não pratica esse dialeto como sua língua materna, e para tanto terá dificuldade de incorporá-lo à sua prática cotidiana de linguagem tanto na leitura, quanto na escrita e na própria fala. É inadequado o público para o qual se tente ensinar a língua padrão como único modo de comunicação, antes de tudo é preciso respeitar as variantes lingüísticas e apontá-las também como forma de interação.

Quando a escola corrige o aluno, dizendo que o que ele fala ou escreve está errado, está discriminando também seu modo social de vida. O respeito à fala do aluno é condição primária para atingir o objetivo mais amplo que é: ensinar tudo a todos. A aquisição da forma padrão da língua portuguesa começa a partir da interação, da mesma maneira que o aluno aprendeu a falar seu próprio dialeto.

O professor também deve deixar de ser o único detentor de conhecimento e passar a interagir com os alunos em seu próprio dialeto. Enquanto o professor se colocar na posição privilegiada do que sabe e tem para doar e informar, e o aluno na de quem recebe e se cala, não será possível ensinar e aprender com sucesso. A escola tem por função aprimorar os conhecimentos trazidos, já adquiridos pelos alunos: aproveitando os mesmos para levar o aluno na execução de tarefas cada vez mais complexas, tanto na leitura, como na fala e na escrita. Para Bagno:

A língua também fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma alfabetizada ou por uma não-alfabetizada, por uma pessoa de classe alta, ou, por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade e por um morador do campo e assim por diante. (2001, p. 18).

E, sobretudo, se o falante tiver envolvimento múltiplo nas relações sociais, normalmente domina mais de uma variedade da língua, fazendo uso de uma ou de outra, conforme a situação em que se encontra. Nesse sentido, o falante é um camaleão lingüístico. Pois ele adapta sua fala à situação em que está. Assim, por exemplo, se ele está falando com pessoas íntimas, numa situação informal, a variedade usada é diferente daquela que seria usada se o mesmo falante estivesse falando com pessoas estranhas, numa situação formal.

No contexto social, ao Governo e as instituições de ensino cabem dois desafios: *1º*) Selecionar bons professores que apresentem as qualidades e qualificações necessárias para



que possa oportunizar ao aluno uma educação e uma aprendizagem consciente, crítica e libertadora; 2º) Proporcionar que estas competências sejam permanentemente renovadas e aprimoradas, por meio de uma efetiva e eficaz educação continuada.

Evidentemente, a ação docente continua sendo a base do ensino presencial, e investimento na capacitação do professor refletem-se, com alto de eficiente na qualidade do ensino. A vocação e o dom de ser professor não podem ser ensinados, mas a atuação docente pode ser melhorada, qualificando a aula e as demais formas de transmissão do saber. Assim, o professor deixaria de ser o mestre intocável, mas acima de tudo, passa a ser um facilitador da aprendizagem. E é imprescindível, portanto, “*redirecionar todos os nossos esforços, voltá-los para a descoberta de novas maneiras que nos permitam fazer de nossos bons motoristas da língua, bons usuários de seus programas.*” (BAGNO, 2004, p. 120).

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Língua moderna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2001.
- _____. **Português brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola, 2002.
- _____. **Preconceito lingüístico: o que é como se faz**. 33ª Ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- CASTILHO, Ataliba, **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DA HORA, Demerval & CRISTIANO, Elizabeth. **Estudos lingüísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: UFPB, 1999.
- ÉGYP TIENNE, **Antiquité du musée du Louvre**. Disponível em: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl>. Acesso em 11/12/2008. (Imagem – Marca D’água).
- FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica**. São Paulo: Ática, 1991.
- FÁVERO, Leonor Lopes & ANDRADE, M. Lúcia & AQUINO, Zilda. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e modernidade: presente e futuro da escola**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MOLLICA, Maria Cecília (Org.) **Introdução à sociolingüística**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.
- SAURRURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1986.